

O PODER PÚBLICO E O SETOR HOTELEIRO: PERCEÇÕES, COOPERAÇÃO E DESAFIOS AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE INHAMBANE, MOÇAMBIQUE

Orlando Alcobia

s/ afiliação

Nuno Gustavo

Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

Gouveia Sumale

Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane, Universidade Eduardo Mondlane

Sérgio Belchior

Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane, Universidade Eduardo Mondlane

Alcobia, O., Gustavo, N., Sumale, G. & Belchior S. (2022). O poder público e o setor hoteleiro: Perceções, cooperação e desafios ao desenvolvimento social do Município de Inhambane, Moçambique. *Tourism and Hospitality International Journal*, 18(1), 12-34.

Resumo

O presente artigo analisa a cooperação entre as empresas do setor hoteleiro e as instituições governamentais do município de Inhambane, visando potenciar práticas hoteleiras no âmbito da responsabilidade social corporativa e de políticas públicas tendentes à concomitância entre o desenvolvimento turístico do território e o desenvolvimento social da comunidade local. Metodologicamente, a pesquisa segue um paradigma construtivista, apresentando um carácter qualitativo. Neste contexto, são entrevistados três diretores hoteleiros, a Associação de Hotelaria e Turismo de Inhambane, a Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane e, ainda, nove instituições governamentais. As dimensões em análise são as preconizadas por Midgley (2014) para a práxis do desenvolvimento social: o desenvolvimento do capital humano, o desenvolvimento do capital social, a criação de emprego, contributo para as microempresas, a criação de ativos, a proteção social e o planeamento social. Observa-se que as práticas hoteleiras comportam laivos de precariedade laboral, escassa assunção da responsabilidade social corporativa, falta de cooperação com as instituições governamentais locais, posturas ambientais erróneas e pouco comprometimento para melhorar as infraestruturas de bem-estar municipais. Conclui-se que urge normalizar as relações institucionais entre as empresas hoteleiras e as entidades governamentais, assim como instituir fóruns de auscultação comunitária que permitam uma efetiva participação da população recetora no planeamento do desenvolvimento turístico local.

Palavras-chave

Empresas hoteleiras, Instituições governamentais, Planeamento turístico, Desenvolvimento social

PUBLIC AUTHORITIES AND THE HOTEL SECTOR: PERCEPTIONS, COOPERATION AND CHALLENGES TO THE SOCIAL DEVELOPMENT IN THE MUNICIPALITY OF INHAMBANE, MOZAMBIQUE

Abstract

This article analyses the cooperation between the hotel companies and government institutions in the municipality of Inhambane, aiming to potentiate hotel practices in the context of corporate social responsibility and public policies tending to the concomitance between the tourism development and social development. Methodologically, the research follows a constructivist paradigm, presenting a qualitative character. In this context, three hotel directors, the Inhambane Hotel and Tourism Association, the Inhambane Higher School for Hotel and Tourism and, also, nine government institutions are interviewed. The dimensions analysed are recommended by Midgley (2014) for the social development praxis: human capital development, social capital development, job creation, contribution to microenterprises, asset creation, social protection and social planning. It is observed that hotel practices carry a tinge of labour precariousness, little assumption of corporate social responsibility, lack of cooperation with local government institutions, erroneous environmental postures and little commitment to improve municipal welfare infrastructures. It is concluded that there is an urgent need to normalize the institutional relations between hotel companies and government entities, as well as to institute community consultation forums that allow an effective participation of the host population in the local tourism development planning.

Keywords

Hotel companies, Government institutions, Tourist planning, Social development

1. Introdução

A atividade turística é vista pela generalidade das entidades governamentais como uma janela de oportunidade para o desenvolvimento económico e social dos respetivos países. Se a aposta no turismo é uma aposta global, muitas vezes, são os países em vias de desenvolvimento que mais dependem desta atividade económica, pois, segundo a World Travel & Tourism Council - WTTC (2019), apresentam maior percentagem da contribuição do setor turístico nos seus respetivos Produto Interno Bruto e nas suas taxas de empregabilidade. Sharpley e Telfer (2008), Hrubcova et al. (2016), Rivera (2017) e Goodwin (2022) advogam que, especialmente nestes países, o turismo torna-se essencial para a captação de divisas externas, combate à pobreza, aumento das exportações, valorização da cultura local e, até mesmo, para a promoção e manutenção da paz. Contudo, fruto da escassa diversidade do tecido económico e menor poder regulador dos Estados, também os impactos negativos do turismo tendem a ser amplificados nestes países.

Englobados na esfera do turismo, encontram-se diferentes sectores de atividade, porém, um deles possui especial relevância: a hotelaria. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (2002) considera a hotelaria o principal *player* do setor turístico. Para tal, de Grosbois (2012), Cain (2012), Vasquez (2014), Niewiadomski (2015), Ivanov e Ivanova (2016), Mousavi et al. (2017) e Kronenberg e Fuchs (2021) enaltecem a capacidade do setor hoteleiro em constituir-se como um empregador massivo, gerar divisas, atrair investimentos, contribuir para o orçamento do Estado sob a taxaço de variados impostos, promover a imagem do destino, auxiliar na criação de infraestruturas de apoio aos turistas e de “bem-estar” social como rede elétrica, centros de saúde, hospitais e escolas, fomentar a rede de transportes e a segurança pública, apoiar manifestações artísticas e artesanais locais e, por último, mas não menos importante, ter um altíssimo potencial para gerar um efeito multiplicador na economia através da compra de bens e serviços a fornecedores locais.

No entanto, a implantação da indústria hoteleira nos países em vias de desenvolvimento deve ser acompanhada com elevado grau de rigor e exigência por parte das autoridades governamentais, dado que o seu alto custo de investimento se traduz, maioritariamente, em investimentos externos. Assim, a Organização Mundial do Turismo - OMT (2013) alerta que este tipo de investimento possui algumas desvantagens, podendo levar a uma dependência de decisões externas e aumento de fuga de capitais. No que lhe concerne, a Organização Internacional do Trabalho - ILO (2010) considera que, apesar de o setor hoteleiro ser um empregador massivo, a sua oferta empregatícia caracteriza-se por alguma precariedade das condições laborais. Ivanov e Ivanova (2016), Andreu et al. (2017) e Gustavo (2018) alegam que o efeito multiplicador do setor hoteleiro pode ser afetado pela crescente concentração de capital, que decorre das estratégias hoteleiras de integração vertical que assolam o mercado turístico, quer pela excessiva importação de bens de consumo, como pelos *leakages* proporcionados pelas centrais de reservas existentes fora dos países recetores. Na ótica ambiental, Scarlat (2007), de Grosbois (2012), Mousavi et al. (2017) Khatter, White, Pyke e McGrath (2021) e Han (2021) associam a atividade hoteleira a altos índices de

consumo de energia, consumo e desperdício de água, produção de lixo, uso de químicos e poluição atmosférica. Quanto ao contexto social, Yu et al. (2014), Bauer (2017) e Kubickova e Smith (2019) conotam a atividade hoteleira, nos países periféricos, ao aumento de fenómenos como o assédio sexual, incentivo à prostituição informal e infantil, informalidade laboral, tráfico de mão de obra, assédio moral, branqueamento de capitais, corrupção, desapropriação e especulação imobiliária, gentrificação, racismo, privatização indevida, interdição de acesso a espaços públicos, entre outros.

Assim, os benefícios sociais, advindos da atividade hoteleira, estão muito dependentes das estratégias de gestão e práticas operacionais adotadas pelos empreendimentos, bem como da sua capacidade em garantir um saudável envolvimento da mão de obra local, promovendo uma justa redistribuição dos benefícios económicos, quer de forma direta como indireta. Por conseguinte, cabe às autoridades governamentais locais influenciar e fiscalizar as atividades do setor hoteleiro.

Ao analisar-se o panorama de um dos mais proeminentes destinos turísticos de Moçambique, o município de Inhambane, depara-se com uma incongruência preocupante. Segundo o Instituto Nacional de Estatística - INE (2019a), a Província de Inhambane é a segunda província do país com o maior número de quartos oferecidos (11% do total), a segunda quanto à capacidade de alojamento por 10.000 habitantes (7 camas) e, também, a segunda quanto ao número de dormidas registado (26% do total). Associado a isto, Inhambane lidera os índices de estada média por hóspede com 8,1 noites (a média nacional cifra-se nas 2,3 noites) e os seus empreendimentos hoteleiros apresentam taxas médias de ocupação de 54,6% (mais do dobro da média nacional). Contudo, em total contraponto com o expectável, quando analisados os dados do Ministério da Cultura e Turismo (2018), constata-se que a Província de Inhambane apenas ocupa o sexto lugar no *ranking* das receitas geradas pelos empreendimentos hoteleiros, declarando o valor de 108.162.610 meticais, somente 2% do total das receitas de todo o setor no país.

Apresentando um setor hoteleiro tão pujante, seria expectável que a comunidade local se beneficiasse de forma clara, direta e indiretamente, dos dividendos gerados por tal setor económico, vendo os seus índices de bem-estar social florescer. No entanto, segundo os dados do INE (2019b), a realidade social da sua população está longe de acompanhar o brilhantismo turístico apregoado. Neste sentido, constata-se que somente 37% da população do município usufrui de água canalizada, ao passo que a rede elétrica apenas abastece 36% dos seus cidadãos. Quanto à posse de bens duráveis por agregado familiar, segundo o INE (2017), o cenário é idêntico, visto que 52% não possui rádio, 44% não possui televisão, 83% não tem computador, 94% não tem acesso à Internet fixa, 59% cozinha a carvão ou a lenha, 62% não dispõe de frigorífico, apenas 14% possui algum meio de transporte como carro ou moto e, por fim, 19% dos agregados familiares afirmam não possuir nenhum dos bens duráveis acima descritos.

Parece evidente que o desenvolvimento turístico e hoteleiro não está, em Inhambane, a revelar-se uma real mais-valia de forma a catapultar o desenvolvimento social da população local. Como pode a população, de um território turístico tão rico, ser tão pobre? Em que bases se dá a relação entre os empreendimentos hoteleiros e as entidades governamentais locais para que tais iniquidades se estabeleçam?

Para responder a estas questões, recorrendo às dimensões analíticas que Midgley (2014) estabelece o desenvolvimento social das populações, tem-se como objetivo analisar o contributo social do setor hoteleiro, assim como os laços cooperativos entre o mesmo e o poder público local nas seguintes sete esferas: desenvolvimento do capital humano, capital social, criação de emprego, estímulo às microempresas e microfinanças, criação de ativos, proteção social e planeamento social.

2. Revisão da Literatura

Apesar de ser alvo de discussão desde a década de 1960, o conceito de “desenvolvimento social” está longe de gerar consenso quanto às suas delimitações. Para Alves (1997), o desenvolvimento social, como problemática maior na agenda política internacional, dá-se no contraciclo da expansão do neoliberalismo económico, quando ficaram por demais evidentes as iniquidades sociais por si causadas, principalmente nos países periféricos. Neste âmbito, em 1995 as Nações Unidas realizaram a 1ª Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social, sem, contudo, ser capaz de apresentar uma definição própria sobre o mesmo.

Décadas mais tarde, Pawar (2014) debruça-se sobre a disparidade de definições conceituais sobre o fenómeno e delimita-as em três ramos distintos. O primeiro ramo conceptual é aquele que enfatiza o seu planeamento sistemático e a sua ligação complementar ao desenvolvimento económico. O segundo foca-se nas obrigatórias mudanças que o desenvolvimento social impõe às instituições, estruturas administrativas e restantes franjas sociais, afetando as suas atitudes, costumes e até crenças. O terceiro defende que o primordial objetivo do desenvolvimento social é realizar o potencial humano, atender às necessidades da população e alcançar uma qualidade de vida satisfatória.

Na presença de tantos e vastos conceitos díspares, Pawar (2014a) realça que o fundamental é que o desenvolvimento social, como objetivo, estratégia, ideia ou ideal, possa ser posto em prática. Nesta perspetiva, James Midgley torna-se um autor incontornável, publicando obras de grande relevância sobre a práxis do desenvolvimento social.

Midgley (1999) começa por apresentar oito elementos que estão na génese do seu ideal de desenvolvimento social: i) está, inextricavelmente, ligado ao desenvolvimento económico; ii) faz, explicitamente, uso de crenças e valores ideológicos; iii) implica a noção de processo, sendo um conceito dinâmico onde o crescimento e a mudança estão implícitos; iv) busca uma mudança de natureza progressiva numa perspetiva de melhoria humana; v) é intervencionista, rejeitando a ideia que as melhorias sociais ocorram como resultado do funcionamento do mercado económico ou de forças históricas inevitáveis; vi) várias são as estratégias que podem ser usadas para alcançar as suas metas estabelecidas, podendo ser alicerçadas em crenças ou ideologias que, historicamente, se opuseram e entraram em conflito; vii) é abrangente ou universal, pois preocupa-se com a população no geral, porém com preocupação particular com aqueles que são negligenciados pelo crescimento económico ou excluídos do desenvolvimento; e por último, viii) tem como objetivo primário a promoção do bem-estar de toda a

população, atendendo as suas necessidades e criando oportunidades para a sua realização através de mecanismos e instituições.

Posto isto, Midgley (2014) define o desenvolvimento social como um processo de mudança social planeada para promover o bem-estar de toda a população no contexto de desenvolvimento dinâmico e multifacetado.

Numa tentativa de harmonizar todos os conceitos de desenvolvimento social, Pawar (2014a) define-o como um processo sistemático e planeado de mudança, às vezes radical, libertando o potencial humano, transformando a determinação das pessoas, reorganizando e reorientando estruturas e fortalecendo a capacidade dos indivíduos e instituições, de forma a atender as necessidades humanas. Objetivos adicionais incluem: reduzir desigualdades e problemas, criar oportunidades e capacitar os cidadãos, alcançar o bem-estar social e humano, melhorar o relacionamento entre as pessoas e as suas instituições e, finalmente, garantir o desenvolvimento económico.

Ao analisar-se as definições de desenvolvimento social aqui apresentadas, verifica-se que o termo “bem-estar”, está quase sempre presente como objeto central de persecução, fazendo-se então necessária a sua clarificação. Assim, Midgley (1999, p.14) define o bem-estar social como o grau em que os problemas sociais são geridos, a medida em que as necessidades são atendidas e em que as oportunidades de progresso são fornecidas.

Assumindo uma abordagem estruturalista institucional, Midgley (2014) afirma que as instituições governamentais, que pretendam resolver os problemas sociais das suas comunidades e promover o bem-estar dos seus cidadãos, devem partir para uma implementação prática de políticas que estimulem o desenvolvimento social nos seus territórios. Contudo, reitera que a agenda de desenvolvimento social compreende um processo contínuo de luta, em que o exercício do poder é um fator-chave.

O mesmo “exercício de poder”, referido por Midgley (2014), é também valorizado por Church (2004) e Elliott (2020) quando se vincula o desenvolvimento social ao exercício da atividade turística. Para os autores, é imperioso que políticas regionais e locais procurem influenciar o desenvolvimento dos territórios turísticos, realidade essa que em países menos desenvolvidos é, ainda, um fenómeno relativamente recente.

Jenkins e Henry (1982), são dos primeiros a se debruçarem sobre qual a natureza do envolvimento governamental na atividade turística. Para eles, se o poder público quiser ter um envolvimento ativo no processo de desenvolvimento da atividade turística, tal implica, não apenas o reconhecimento das necessidades específicas do setor turístico, mas, também, a sua participação nas atividades operacionais do mesmo. Neste prisma, o envolvimento ativo pode categorizar-se como “gerencial” se o governo, além de definir os objetivos do turismo através de planos de desenvolvimento turístico, introduzir o apoio organizacional e legislativo para atingir tais objetivos, ou categorizar-se como “desenvolvedor” quando o governo, ou as suas agências, assumem um papel operacional no setor turístico, seja através de parcerias público-privadas ou políticas conducentes ao apetrechamento de toda a rede de suporte da atividade turística.

Apesar da extrema importância que os governos locais têm no planeamento, regulação e organização da atividade turística, a sua atuação caracteriza-se por uma forte complexidade. A estrutura do mercado turístico e os profundos impactes que dele

resultam, produzem um vasto leque de *stakeholders* que deverão ser atendidos pelas políticas de turismo estatais, *stakeholders* esses cujos interesses são bastantes diversos e, por vezes, conflitantes. Deste modo, Treuren e Lane (2003) sugerem que o comportamento regulador do Estado consiste numa reconciliação complexa entre a seguinte tríade: a necessidade de garantir investimentos, a legitimidade do aparato estatal e sustentabilidade dos recursos locais. Para Church (2004) e Elliott (2020), tal exige uma visão e planeamento de longo prazo que salvaguarde a sustentabilidade da atividade hoteleira e que seja sustentada em cooperações e parcerias entre setor público e privado, assim como num claro e indefetível envolvimento da comunidade local.

Considerando o planeamento e articulação da atividade turística, Treuren e Lane (2003) apresentam três modelos de planeamento onde as instituições governamentais participam de forma ativa: i) *Planeamento Orientado pelo Estado*, estabelecendo-se, preferencialmente, em regiões periféricas que só agora despontam para a atividade turística e que, assim, caracterizam-se pela ausência de uma organização turística relevante pré-estabelecida; 2) *Planeamento Bipartido*, consigna a interdependência entre o Estado e as empresas do setor turístico, ressaltando que o Estado está dependente das decisões de investimento por parte do setor privado, assim como do seu efeito multiplicador nas economias locais, enquanto as empresas turísticas dependem do Estado para fomentar uma economia propícia ao alcance dos seus objetivos; e, por último, 3) *Planeamento Baseado em Partes Interessadas*, apresentando-se como uma extensão do planeamento bipartido, apela, não só à participação ativa do Estado e do setor privado, mas também, e sobretudo, ao engajamento das diversas franjas das comunidades locais.

Destes três tipos de planeamento turístico, aquele que maior expressão evidencia na contemporaneidade, por ser o que melhor personifica o neoliberalismo económico, é, sem sombra de dúvida, o planeamento bipartido, caracterizando-se por estimular a implementação de políticas de forma descendente. Deste modo, é previsível que o capital transnacional o oferecera embrulhado numa aura de “sucesso” ao longo dos territórios conquistados. Porém, Church (2004) alerta que este modelo favorece políticas de desenvolvimento económico que resultam, geralmente, em fenómenos sociais turbulentos e destrutivos.

Neste contexto, quais são as funções e responsabilidades dos governos locais nas áreas de planeamento e desenvolvimento de políticas turísticas? Para Brokaj (2014) e Elliott (2020) cabe aos governos locais fomentar e manter as infraestruturas básicas da atividade turística como rede de hotéis, rede de transportes e outros serviços turísticos, efetuar o planeamento estratégico do uso da solo, cuidar da gestão ambiental e gerir a pressão dos turistas sobre os seus recursos naturais, planejar e gerir as infraestruturas de bem-estar da comunidade que servirão, também, para uso turístico, gerir a saúde e segurança pública, desenvolver a economia local incentivando a atividade económica de apoio, estimular a educação, o treinamento e o emprego influenciando a qualidade da prestação de serviços e criando condições para a existência de trabalhadores locais em cargos decisórios, promover o marketing do destino, apoiar as artes e o desenvolvimento cultural endógeno e, por último, estabelecer alianças geoestratégicas intra e transfronteiriças com outros polos turísticos da mesma região.

Ante tal amplitude e importância de esferas de atuação, os governos locais devem possuir meios de persuasão capazes de, num registo colaborativo, “negociarem” investimentos hoteleiros ou alterações ao *modus operandi* dos empreendimentos já existentes que sejam conducentes ao desenvolvimento social pretendido para, e pela, sua população.

3. Metodologia

Segundo Aledo e Domínguez-Gómez (2018), a presente pesquisa apresenta um paradigma metodológico construtivista, caracterizando-se por admitir a natureza política de uma avaliação de impacte social, apostar na transdisciplinaridade, apresentar um carácter qualitativo e reconhecer os impactes como são experiênciados ou percebidos pelos diversos atores sociais.

Observando as diretrizes que Midgley (2014) estabelece para a existência de uma práxis do desenvolvimento social, este estudo investiga o contributo do setor hoteleiro e a sua colaboração com as instituições governamentais nas seguintes sete dimensões de análise: i) desenvolvimento do capital humano; ii) desenvolvimento do capital social; iii) criação emprego; iv) fomento às microempresas e as microfinanças; v) criação de ativos; vi) proteção social e vii) planeamento social.

Para isso, como unidades de análise e recorrendo a entrevistas semiestruturadas em profundidade, foram entrevistados três diretores hoteleiros, o presidente da Associação de Hotelaria e Turismo de Inhambane, o Diretor da Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane e nove instituições governamentais locais.

Tais entrevistas, que se realizaram entre os meses de maio e outubro de 2020, foram submetidas, de acordo com Fazito (2012), à análise do discurso dos intervenientes para a completa extração dos seus dados.

A seleção das instituições governamentais entrevistadas teve como critério a sua atuação e responsabilidade nas diversas dimensões de análise estabelecidas. Ver quadro 1.

Quadro 1.

Instituições governamentais entrevistadas por cada dimensão da prática do desenvolvimento social

Dimensões da Prática do Desenvolvimento Social	Instituições Governamentais Entrevistadas
Desenvolvimento do Capital Humano	Direção Provincial da Cultura e Turismo Serviço Provincial dos Assuntos Sociais - Departamento de Educação Serviço Provincial dos Assuntos Sociais - Departamento de Género, Criança e Ação Social
Desenvolvimento do Capital Social	Direção Provincial da Cultura e Turismo Direção Provincial da Economia e Finanças Serviço Provincial dos Assuntos Sociais - Departamento de Género, Criança e Ação Social
Criação de Emprego	Direção Provincial da Cultura e Turismo Direção Provincial do Trabalho, Emprego e Segurança Social

Microempresas e Microfinanças	Direção Provincial da Cultura e Turismo Direção Provincial da Economia e Finanças Direção Provincial da Indústria e Comércio Serviço Provincial dos Assuntos Sociais - Departamento de Género, Criança e Ação Social
Criação de Ativos	Direção Provincial da Cultura e Turismo Serviço Distrital do Planeamento e Infraestruturas Direção Provincial da Terra e Ambiente
Proteção Social	Direção Provincial da Cultura e Turismo Direção Provincial do Trabalho, Emprego e Segurança Social Serviço Provincial dos Assuntos Sociais - Departamento de Género, Criança e Ação Social Comando Provincial da Polícia da República de Moçambique
Planeamento Social	Direção Provincial da Cultura e Turismo Direção Provincial do Trabalho, Emprego e Segurança Social Direção Provincial da Economia e Finanças Direção Provincial da Indústria e Comércio Direção Provincial da Terra e Ambiente Serviço Provincial dos Assuntos Sociais - Departamento de Educação Serviço Provincial dos Assuntos Sociais - Departamento de Género, Criança e Ação Social Serviço Distrital do Planeamento e Infraestruturas Comando Provincial da Polícia da República de Moçambique

4. Resultados e Discussão

4.1. Caracterização da Área de Estudo

Localizado na região sul de Moçambique e banhado pelo Oceano Índico, o município de Inhambane compreende a cidade de Inhambane, cidade capital da Província homónima. Segundo o INE (2019c), o município de Inhambane possui uma superfície territorial de 192 km², contando com uma população de 82.119 habitantes, atingindo uma densidade populacional de 428 habitantes/km². Caracterizando-se por ser um destino de sol e mar por excelência, apresenta quatro polos principais da sua atividade turística: a própria cidade de Inhambane, a praia do Tofo, a praia da Barra e a praia da Rocha.

Como atrativos turísticos, Inhambane oferece uma paisagem marcada por uma das maiores concentrações de coqueiros do planeta, caranguejos percorrendo os seus areais, flamingos repousando nas suas águas, vida subaquática como baleias jubarte, tubarões-baleia, o maior *spot* do mundo de mantas-raia gigantes, conhecido por Manta Reef, golfinhos, tartarugas e um *melting pot* cultural de matriz africana, árabe, indiana e europeia.

Analisando o seu parque hoteleiro, a grande maioria é fruto de investimentos estrangeiros, principalmente de origem sul-africana. Contabilizando apenas os empreendimentos que estão abertos ao público durante todo o ano e que oferecem, no mínimo, serviços de *bed and breakfast*, segundo Alcobia (2021), Inhambane

disponibiliza 39 empreendimentos hoteleiros, dos quais 3 hotéis, 21 *lodges* e 15 *guest houses*. Quanto ao tamanho da oferta de alojamento, 10 (26%) empreendimentos hoteleiros possuem até 20 camas, 15 (38%) empreendimentos oferecem entre 21 e 40 camas, 8 (21%) empreendimentos disponibilizam entre 41 e 80 camas, 4 (10%) empreendimentos dispõem entre 81 e 120 camas e 2 (5%) empreendimentos hoteleiros concedem uma oferta que se estende das 121 às 160 camas.

4.2. O Setor Hoteleiro e o Desenvolvimento do Capital Humano em Inhambane

Na perspetiva de Midgley (2014), o desenvolvimento do capital humano pode ser sintetizado pela evolução dos índices educacionais, saúde e nutrição da população. Para a Direção Provincial da Cultura e Turismo, o setor hoteleiro dá um importante contributo para o desenvolvimento do capital humano de Inhambane. Primeiramente, a experiência *on job* proporciona que os trabalhadores adquiram valências dificilmente obtidas nos seus percursos escolares e, além disso, a prática de regalias extrassalariais como alimentação no local de trabalho, auxílio às condições de moradia ou o propiciar de assistência médica, traduz-se numa efetiva melhoria da condição de vida dos trabalhadores hoteleiros e dos seus agregados familiares.

Apesar dos contributos apontados pela Direção Provincial da Cultura e Turismo, na conceção do Diretor da Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane não se vislumbra um subsídio significativo dos empreendimentos hoteleiros para o desenvolvimento do capital humano local.

Por sua vez, o Departamento de Educação do Serviço Provincial dos Assuntos Sociais realça o grande distanciamento na relação entre as empresas hoteleiras e as instituições de ensino do município. No seu entendimento, os empreendimentos hoteleiros têm grandes reservas quanto à qualidade dos estabelecimentos de ensino locais e, por outro lado, pelo facto de apostarem em políticas de baixos salários, também não valorizam a qualificação dos trabalhadores. Assim, a pouca interação existente entre as empresas hoteleiras e os estabelecimentos de ensino cinge-se à tentativa de estabelecer protocolos para atividades de estágio dos estudantes locais.

Como sugestões para alavancar a cooperação entre as empresas hoteleiras e as instituições de ensino do município, o diretor da Direção Provincial da Cultura e Turismo afirma que poderiam ser fomentadas parcerias ao nível do estabelecimento de contratos para a formação profissional dos trabalhadores do setor, bem como fomentar a colaboração ao nível das consultorias técnicas ou de gestão. Para tal, a Escola Superior de Hotelaria e Turismo poderá ter um papel extremamente importante a desempenhar.

Quanto ao exercício da responsabilidade social corporativa, o Departamento de Género, Criança e Ação Social do Serviço Provincial dos Assuntos Sociais afirma não ter conhecimento de empreendimentos hoteleiros que prestem auxílio a creches ou jardins de infância promovendo, dessa forma, a educação pré-escolar e a melhoria das condições de vida das jovens famílias mais carenciadas.

4.3. O Setor Hoteleiro e o Desenvolvimento do Capital Social em Inhambane

No que tange ao desenvolvimento do capital social, Midgley (2014) descreve-o como a promoção da participação dos cidadãos em projetos sociais e económicos ao nível das comunidades. É indefetível, para todos os entrevistados, que o setor hoteleiro é o grande empregador no município de Inhambane e o maior motor da economia local.

Não obstante, quanto ao fator da empregabilidade direta, a Direção Provincial da Cultura e Turismo prefere não enaltecer em demasia os frutos gerados por este setor. Nas palavras dos seus responsáveis, “a lei diz que o setor privado deve dar oportunidades de emprego aos moçambicanos, não necessariamente oportunidades às comunidades locais”. Com isto, expressa que, apesar de se constituir como o principal empregador do município, nem sempre é a comunidade local a mais favorecida, principalmente no que tange à oferta empregatícia melhor remunerada.

Quanto ao efeito multiplicador no restante tecido económico local, a Direção Provincial da Economia e Finanças destaca que este setor, para operar, “precisa de matéria-prima como produtos alimentares e de primeira necessidade, produtos esses fornecidos por pequenos comerciantes, como aqueles que se encontram nos mercados municipais”. Assim, as empresas hoteleiras “contribuem para a melhoria do nível de vida da população local como um todo”. Somado a isso, outro facto merece destaque para a mesma instituição: a organização de grandes eventos no município. Contudo, a Direção Provincial da Economia e Finanças lança um repto à união entre os gestores hoteleiros e produtores locais para exponenciar o consumo de produtos locais.

Ao serem auscultados, alguns empresários hoteleiros defendem a sua fraca adesão aos produtos comunitários com o facto de muitos produtores desempenharem as suas atividades na informalidade, fazendo com que não possam passar faturas dos produtos a eles adquiridos. No entanto, para a Direção Provincial da Economia e Finanças essa é uma falsa questão, dado que o Estado já implementou o Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes (ISPC), precisamente para salvaguardar essa situação.

De forma a maximizar o efeito multiplicador do setor hoteleiro na economia local surgem as seguintes questões: existe algum fórum para auscultação comunitária sobre a atividade hoteleira no município? Como se processa essa transferência de expectativas? Sobre este tema, a Direção Provincial da Cultura e Turismo revela não saber de nenhum empreendimento hoteleiro que, formalmente, promova o diálogo comunitário, assumindo o mea-culpa por, institucionalmente, também não o fazer.

4.4. O Setor Hoteleiro e a Qualidade da Oferta de Emprego em Inhambane

Quanto à análise da dimensão da criação de emprego, Midgley (2014) defende que a qualidade empregatícia passa pela justa remuneração, implantação de um ambiente laboral gratificante e compensatório, assim como pelo acérrimo combate a qualquer tipo de exploração ou discriminação. Sobre a esta temática, a Direção Provincial da Cultura e Turismo reconhece que “por vezes o comportamento do setor hoteleiro é um comportamento não desejável, condenável até”, enfatizando que a principal estratégia das unidades hoteleiras passa pela diminuição dos custos operacionais visando a

obtenção de lucros. Deste modo, há relatos frequentes de políticas salariais de baixa remuneração, desrespeito pelo limite de horas laborais, falta de pagamento de horas extraordinárias ou falta de aposta na formação profissional.

Para a mesma instituição, o facto do município de Inhambane enfrentar uma crónica e elevada taxa de desemprego leva a que, por falta de alternativas, a comunidade local se sujeite a estas condições laborais.

Discorrendo sobre quais os principais problemas constatados nas empresas hoteleiras, a Direção Provincial do Trabalho, Emprego e Segurança Social revela a existência de dois focos claros: a empregabilidade de trabalhadores estrangeiros e a falta de pagamento de seguros de trabalho. Quanto à empregabilidade de cidadãos estrangeiros, a lei moçambicana estabelece a existência de cotas a serem respeitadas: 10% em empresas até 10 trabalhadores, 8% em empresas até 100 trabalhadores e 5% em empresas com mais de 100 trabalhadores. Como a generalidade das empresas hoteleiras são de pequenas dimensões e de capital estrangeiro, é muito comum haver um desrespeito pelas cotas estabelecidas. Em relação aos seguros de trabalho, a entrevistada afirma que “muitas vezes as empresas fazem uma confusão entre o seguro social e o seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais”.

Quanto às políticas salariais praticadas, a Direção Provincial do Trabalho, Emprego e Segurança Social reconhece que estas caracterizam-se por salários muito baixos. Porém, informa que o Ministério do Trabalho, em âmbito de concertação social, estabelece como salário mínimo para o setor o valor de 6.850 meticais. Deste modo, apesar de concordar que o salário mínimo é escasso para as necessidades quotidianas dos cidadãos (segundo a WageIndicator Foundation (2020) corresponde a 60% do custo de vida moçambicano), a verdade é que, mesmo praticando-o massivamente, as empresas hoteleiras não cometem nenhuma ilegalidade.

Sobre os relatados incumprimentos do limite da carga horária laboral e pagamento das horas extras trabalhadas, a Direção Provincial do Trabalho, Emprego e Segurança Social afirma estar atenta aos horários estabelecidos por cada empreendimento, obrigando-os, no mínimo, a praticarem dois turnos diários e a empregarem os trabalhadores suficientes para os satisfazer, complementando que, para serem mais efetivos na fiscalização, estão dependentes das denúncias dos trabalhadores.

Por último, uma das suas grandes preocupações da instituição passa pela escassa ascensão dos trabalhadores locais aos cargos decisórios e melhor remunerados, alertando serem os donos do capital que gerem os empreendimentos hoteleiros pessoalmente, mesmo se formação específica para tal. Complementado, a entrevistada deixa um desabafo em jeito de interrogação: “nós vamos fazer as inspeções e vemos os ex-estudantes da Escola Superior de Hotelaria e Turismo na portaria, na receção. Um gestor ao ser colocado na receção está a gerir o quê”?

4.5. O Setor Hoteleiro e o Estímulo às Microempresas e Microfinanças em Inhambane

No que concerne à dimensão que versa sobre o estímulo que o setor hoteleiro dá, mesmo que indiretamente, à criação de microempresas e linhas de microcrédito, vistas

por Midgley (2014) como ferramentas úteis para que pessoas carenciadas tenham a oportunidade de participarem no processo de desenvolvimento, a Direção Provincial da Cultura e Turismo informa que têm existido programas sociais, com o patrocínio de instituições internacionais ou de organizações não governamentais, que contemplam apoios financeiros e técnicos para que os habitantes locais possam empreender alguma atividade económica no ramo de fornecimento do setor hoteleiro. Como exemplo, é referido o Programa STEP (Sustainable Tourism for Eradicate Poverty) financiado pelo Banco Mundial que auxilia e qualifica os microempreendedores.

Na mesma perspetiva, a Direção Provincial de Economia e Finanças realça o importante papel que o setor hoteleiro tem na dinamização da economia local o que, por conseguinte, atrai as empresas de microcrédito para município, a exemplo da Socremo, Canaã ou Letshego.

Sem embargo, a Direção Provincial da Cultura e Turismo coloca algumas reservas sobre os benefícios sociais das linhas de microcrédito quando estas se encontram nas mãos das empresas privadas. Se por um lado, tal opção é sustentada pela capacidade que estas empresas apresentam para ir ao encontro das necessidades do mercado local e possuírem a experiência necessária para avaliar os projetos e perfil dos candidatos, por outro, muitas vezes, as microempresas locais não possuem a capacidade de endividamento exigida. Indo um pouco mais longe, o diretor desta Direção Provincial constata que este não é um processo fácil já que “a maior parte da população que se dedica a atividades de subsistência não tem um nível de escolaridade favorável para recolher a documentação necessária tendo em vista os pedidos de empréstimo”.

Para que os mais desfavorecidos consigam ser abrangidos pelas políticas governamentais de estímulo ao microcrédito e microfinanças, também o Departamento do Género, Criança e Ação Social possui parcerias com algumas organizações não governamentais que fomentam a formação e criação do autoemprego. Neste contexto, este organismo conta com a colaboração do Instituto de Formação Profissional e Estudos Laborais Alberto Cassimo, parceria essa que fomenta o surgimento de microempresas ligadas à cadeia abastecedora do setor hoteleiro.

Contudo, a Direção Provincial da Indústria e Comércio realça a necessidade de apostar-se na formação e capacitação dos produtores locais ao longo do processo. Para o diretor, esta preocupação é fundada na necessidade empreendedores locais conseguirem cumprir três requisitos primários para entrar na cadeia de fornecimento do setor hoteleiro: “primeiro a qualidade, depois higiene ou a forma de embalar produtos e a terceira é o fornecimento sem interrupção”. Continuando o seu raciocínio, o entrevistado alerta que, olhando para a capacidade produtiva das micro e pequenas empresas de Inhambane, é preciso que os produtores tenham a capacidade de estar organizados em cooperativas ou associações, pois, individualmente, apresentam grandes dificuldades em garantir, por exemplo, um fornecimento ininterrupto. No entanto, tem sido bastante difícil implementar um espírito de união nos produtores e comerciantes locais pois, em Inhambane, não existe uma cultura de colaboração comunitária.

Apesar da Direção Provincial da Indústria e Comércio reconhecer a dificuldade que os empreendedores locais têm, ao nível do financiamento, capacidade técnica e cultura de colaboração, para o diretor da instituição outro obstáculo, de contornos bem mais

obscuros, se levanta. No seu entendimento, muitas das imposições que os gestores hoteleiros fazem juntos dos produtores locais, servem apenas “para impedir que o moçambicano tenha acesso à sua cadeia de fornecimento”. Desenvolvendo o seu raciocínio, argumenta que, por razões culturais, os empreendimentos hoteleiros de capital sul-africano privilegiam o contacto comercial com os fornecedores da sua nacionalidade, marginalizando, assim, os produtores locais.

No mesmo registo, também alguns gestores hoteleiros moçambicanos criticam os seus congéneres sul-africanos, ao afirmar que “só fazem negócios com os deles. Se houver uma mercearia de um *boer* eles vão todos lá comprar, mas se houver, ao lado, uma de um moçambicano eles não entram”.

4.6. O Setor Hoteleiro e a Criação de Ativos em Inhambane

Para analisar o contributo do setor hoteleiro para dimensão da criação de ativos no município de Inhambane, faz-se necessário destacar que para Midgley (2014) a criação de ativos equivale à geração de stock de recursos a serem utilizados no futuro como escolas, hospitais, aeroportos ou recursos naturais como florestas e lagos. Deste modo a criação de ativos é vista como um importantíssimo investimento no património comunitário.

A Direção Provincial da Cultura e Turismo esclarece que, ao longo dos anos, as empresas hoteleiras granjeiam um histórico de contribuições, visando auxiliar o Estado no seu esforço de apetrechamento das infraestruturas públicas básicas, infraestruturas essas que geram benefícios operacionais aos próprios empreendimentos. Exemplificando, o diretor da instituição alude ao subsídio do setor privado para a “colocação de linhas de transporte de energia” em vários pontos do município, a participação na “criação de uma estrada entre Babalaza e a praia da Barra”, terminando por acrescentar que em relação ao “caso da água, os empreendimentos hoteleiros têm contribuído com a abertura de furos privados que favorecem as comunidades”.

Menos otimista é a análise feita pelo Serviço Distrital do Planeamento e Infraestruturas. Para a instituição que gere as infraestruturas do município, o contributo das empresas hoteleiras para a melhoria das infraestruturas de bem-estar de Inhambane não é significativo, pois não há um planeamento conjunto entre as entidades municipais e o setor hoteleiro. Exemplificando, o entrevistado alega que: “se os hoteleiros dessem o seu contributo, teríamos as vias de acesso com melhor qualidade, teríamos casas de banho públicas em todas as praias, teríamos chuveiros públicos para os banhistas, então, de certa forma, digo que não há essa ajuda das empresas hoteleiras”.

Instado a comentar quais as infraestruturas que priorizaria para serem alvo de melhoramento através de parcerias público-privadas com o setor hoteleiro, o Serviço Distrital do Planeamento aponta a necessidade premente de requalificar as infraestruturas junto às praias, como “sanitários públicos, chuveiros, iluminação pública, aumentar as fontes de captação do lixo e melhorar os mercados para a exposição de produtos locais e artesanais”.

Também a Direção Provincial da Cultura e Turismo deu a sua opinião sobre que infraestruturas públicas deveriam ser alvo de reabilitação através de parcerias público-privadas celebradas com as empresas do setor hoteleiro. Na sua visão há a necessidade de apetrechar as condições do parque escolar, melhorar as vias de acesso dentro de algumas comunidades e, claro, melhorar as infraestruturas turísticas e balneares. Contudo, o diretor da instituição alerta para a necessidade das populações locais serem consultadas neste processo, pois “quando as comunidades locais não concordam ou não se interessam pelos investimentos feitos, têm o costume de acabar por vandalizá-los ou ignorá-los”.

Assim como todas as infraestruturas já mencionadas, segundo Midgley (2014), também o património ambiental se constitui como um valioso ativo comunitário. Neste contexto, para a Direção Provincial da Terra e Ambiente, os gestores dos empreendimentos hoteleiros devem ter a consciência de que os custos que têm por seguir as suas recomendações são, na verdade, um investimento na sua própria atividade económica. Neste sentido, alerta que “não podemos esquecer que o ambiente é um grande atrativo turístico. Imaginemos que os flamingos deixam de povoar as praias de Inhambane, quanto se perderia de atrativo turístico?”.

Para a Direção Provincial da Cultura e Turismo, os hotéis do município possuem uma consciência ambiental “forte”, o problema está nos turistas que adotam comportamentos menos corretos.

Com opinião totalmente contrária, a Direção Provincial da Terra e Ambiente esclarece que “de uma forma geral, os seus clientes têm mais consciência ambiental do que os próprios hotéis e até podem levar um choque ao verem certos modos de atuação” por parte dos empreendimentos onde se hospedam. Assim, dissecando os impactes ambientais provocados pela atividade do setor hoteleiro no município, refere que os mais comuns são a erosão e o desmatamento, a produção de resíduos sólidos, a intrusão salina em furos de água para o abastecimento humano, a poluição da água do mar e dos lençóis freáticos por falta de saneamento básico e, por último, o consumo excessivo de recursos como a água e energia.

Sobre o comprometimento do setor hoteleiro em estabelecer uma comunicação assertiva para que os seus hóspedes adotem posturas ambientalmente responsáveis, a Direção Provincial da Terra e Ambiente afirma que “alguns hotéis fazem, mas há outros que deixam muito a desejar”. No entanto, para a instituição, mais importante que estabelecer políticas tendentes à consciencialização dos turistas, é necessária que exista uma efetiva pressão para moldar o comportamento dos seus próprios trabalhadores.

Quanto ao apoio do setor hoteleiro para campanhas de mobilização social de viés ambiental, como jornadas de recolha de lixo, limpeza das praias, passeios para a população local poder observar a vida marinha, entre outros, a Direção Provincial da Terra e Ambiente constata o quase total alheamento dos empresários hoteleiros.

Concluindo, a Direção Provincial da Terra e Ambiente acrescenta, ainda, que os empreendimentos hoteleiros poderiam ser ótimos aliados na reflorestação das áreas de mangal.

4.7. O Setor Hoteleiro e o Contributo para a Proteção Social em Inhambane

O contributo dos empreendimentos hoteleiros para dimensão da Proteção Social do município de Inhambane, dimensão essa que segundo Midgley (2014) tem a função de aliviar a pobreza, fomentar a participação e salvaguarda das franjas mais desfavorecidas, garantir a segurança pública e fazer convergir políticas económicas e sociais, pode ser observado por duas perspetivas: primeiro pelas práticas associadas à empregabilidade direta que gera e, segundo, pela sua participação em causas ou movimentos sociais que emergem da população residente.

Começando por analisar os efeitos do setor hoteleiro para a proteção social da população através das políticas empregatícias, a Direção Provincial do Trabalho, Emprego e Segurança Social esclarece que, quanto ao cumprimento da legislação associada à Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, as empresas hoteleiras “têm tido uma postura de correta”, postura essa que se estende ao cumprimento das suas obrigações para com o pagamento referente à contribuição da Segurança Social dos seus trabalhadores.

Quando instada a comentar a disparidade existente no número de trabalhadores hoteleiros do género masculino e feminino, disparidade essa que vai em completa contramão com os benefícios apregoados pela OMT, quer a Direção Provincial do Trabalho, Emprego e Segurança Social como o Departamento do Género, Criança e Ação Social argumentam que tal realidade se deve a uma questão cultural, fortemente enraizada, de submissão das mulheres aos desejos dos maridos.

Apesar do número de mulheres empregadas pelo setor hoteleiro não ser elevado, a verdade é que existem queixas quanto à prática de assédio sexual nos locais de trabalho.

No que tange ao contributo do setor hoteleiro para a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais, a Direção Provincial do Trabalho, Emprego e Segurança Social adverte que “em Inhambane é muito raro ver essas pessoas a trabalhar nos hotéis”. Quem explica esta realidade é o Departamento do Género, Criança e Ação Social referindo que há “uma estratégia nacional de empregabilidade de pessoas com deficiência, porém restringe-se somente à função pública”. Contudo, realça que várias iniciativas foram feitas junto do setor hoteleiro para o sensibilizar para a empregabilidade destas pessoas, porém “os estabelecimentos hoteleiros, simplesmente, ignoraram”.

O último ponto ligado ao contributo da empregabilidade direta do setor hoteleiro para a proteção social da comunidade recetora, verte-se sobre a implementação de políticas participativas nas decisões estratégicas e operacionais das empresas hoteleiras. Segundo a Direção Provincial do Trabalho, Emprego e Segurança Social “o diálogo social na cultura de trabalho ainda é uma realidade muito distante em Inhambane”.

Adentrando no aporte do setor hoteleiro para a proteção social da população local através dos seus mecanismos de interação comunitária e suporte a causas ou movimentos sociais, a Direção Provincial da Cultura e Turismo lamenta a falta de participação deste setor económico em campanhas sociais como a prevenção ao HIV-Sida, contra o casamento precoce, recolha de bens alimentares, feiras de saúde ou

mesmo na implementação de políticas de mecenato, como o auxílio a instituições de ensino, hospitais, centros de saúde, orfanatos ou jardins de infância.

Pelo mesmo diapasão alinha o Departamento do Género Criança e Ação Social que, num tom crítico, afirma: “nunca sentimos a presença deles nessas campanhas. Mesmo agora, temos visto muitos movimentos em torno do Covid-19. Porém, ainda não vi o setor hoteleiro a participar”.

Consultando as autoridades de segurança, o Comando Provincial da Polícia da República de Moçambique informa que o município não passa por maiores sobressaltos no que concerne à segurança pública. Não obstante, nos polos turísticos da praia do Tofo e praia da Barra, alguns distúrbios sociais têm sido cada vez mais recorrentes, como furtos de telemóveis e máquinas fotográficas ou a venda e consumo de estupefacientes.

Outro grave problema que tem surgido, desta vez diretamente relacionado com a postura de certos empreendimentos hoteleiros, é o recurso a práticas de facilitação da prostituição informal. Quando questionado sobre a existência de empreendimentos hoteleiros que possuem catálogos com fotos e números de telefone de jovens pertencentes à comunidade local para “oferecê-los” aos seus clientes, o Comando Provincial da Polícia da República de Moçambique afirma que “realmente é um fenómeno novo que temos vindo a registar”. Contudo, ao ser confrontada com esta situação, a Direção Provincial da Cultura e Turismo prefere adotar uma postura mais defensiva, esclarecendo que, a nível institucional, não têm essa informação.

4.8. O Setor Hoteleiro e o Contributo para o Planeamento Social em Inhambane

Para Midgley (2014), o subsídio que os empreendimentos hoteleiros podem dar à dimensão do planeamento social no município de Inhambane, deve ser medido através da colaboração do setor em parcerias público-privadas ou estabelecimento de diálogos institucionais tendentes ao desenvolvimento social em vetores como o trabalho, comércio, saúde, educação, segurança, entre outros.

Para a Direção Provincial da Cultura e Turismo o fato de não existir um comando legal, que obrigue as empresas hoteleiras a cumprirem determinados objetivos no âmbito da responsabilidade social, é um entrave ao contributo do setor para o desenvolvimento social do município, pois, deste modo, tudo o que sobra é a “existência de um incentivo moral ou apelo para que isso aconteça”.

No entanto, o grande travão ao contributo das empresas hoteleiras para o planeamento social no município de Inhambane é o evidente clima de crispação entre o setor público e privado.

Auscultados os proprietários de empreendimentos hoteleiros, todos dão conta da profunda frustração com a postura das diversas entidades governamentais. Para eles, é patente a falta de profissionalismo e, até mesmo, de seriedade em alguns organismos públicos, pois, na sua opinião, estes olham para os empreendimentos hoteleiros, meramente, como um alvo fácil para a obtenção de receitas e não como parte integrante de um setor económico de vasta potencialidade para alavancar socialmente e economicamente o município. Os relatos são reveladores: “não há nenhum incentivo,

não há nenhuma colaboração em termos oficiais, é tudo uma farsa. O único interesse das autoridades governamentais é fazer inspeções, castigar, multar, usando para isso todo o tipo de subterfúgios”; “deveria haver reuniões frequentes com os empresários hoteleiros, mas de forma séria, se não nem vamos lá, pois, quando estes são alvos de críticas, somos logo conotados como opositores políticos”.

Para a Associação de Hotelaria e Turismo de Inhambane, esta realidade, que fragiliza, veementemente, o desenvolvimento social da comunidade local, assenta principalmente em duas problemáticas: corrupção e descoordenação. Na sua visão, “com a corrupção que grassa nos órgãos, a comunidade não se beneficia muito do setor turístico! O município, pelo valor das propriedades vendidas e pelo dinheiro da exploração dos hotéis, deveria conseguir beneficiar as comunidades locais com água, saneamento, energia elétrica, segurança e outros serviços”. Por outro lado, “há órgãos que aplicam políticas sem ouvir os fazedores do turismo de Inhambane e fazem-no com a ganância de ganhar dinheiro através projetos que refletem a falta de coordenação institucional”.

Quem, também, destaca a falta de coordenação institucional é a Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane, que qualifica o trabalho desenvolvido pelas entidades governamentais como “francamente mau, pela total desarticulação do papel do estado na gestão do desenvolvimento do setor turístico”. Dá-se como exemplo o marketing do destino: “se olharmos para a componente da promoção e divulgação, isto foi deixado nas mãos de quem gere os estabelecimentos turísticos”.

Em contraponto, a Direção Provincial da Indústria e Comércio lança a culpa da falta de articulação entre o setor público e privado para as empresas hoteleiras: “nós temos a Associação de Hotelaria e Turismo de Inhambane, quando nós os chamamos para uma concertação, sabe quem nos aparece? Os empregados! O nosso diálogo é pouco efetivo porque os “manda-chuva”, os verdadeiros empresários daqui, nunca aparecem”.

Para ultrapassar este problema, a Direção Provincial da Cultura e Turismo pensa ser necessária a criação de uma “autoridade regional de turismo, uma entidade independente do governo e do privado que atue como mediador, capaz de influenciar a definição de políticas”, devendo para tal “facilitar a intercomunicação e coordenação das atividades dos diferentes atores sociais, por forma a garantir uma harmonia na convivência e na gestão da atividade turística”.

Apesar do contexto adverso, subsistem algumas parcerias estabelecidas entre as instituições governamentais e as empresas hoteleiras. Para Direção Provincial do Trabalho Emprego e Segurança Social, o diálogo com as empresas hoteleiras tem sido frutuoso, incidindo, maioritariamente em ações como seminários e workshops. O Departamento de Educação do Serviço Provincial dos Assuntos Sociais estabeleceu uma parceria público-privada com a empresa SMS, levando à abertura de um hotel escola que serve de laboratório para formação dos estudantes do município, assim como de alguns professores afetos às diferentes instituições de ensino. Por seu turno, o Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas informa que, pontualmente, contam com a colaboração de alguns empreendimentos hoteleiros que emprestam equipamentos de construção civil para que a instituição possa realizar algumas obras de manutenção nas infraestruturas municipais. Por último, o Comando Provincial da Polícia da

República de Moçambique realça a colaboração direta e saudável que estabelece com todos os empreendimentos hoteleiros, visando o aconselhamento e a denúncia de todos os incidentes que podem pôr em causa a segurança pública.

5. Considerações Finais

Como fica patente ao longo desta pesquisa, a importância socioeconómica do setor hoteleiro no município de Inhambane é indubitável. Num território fortemente marcado pelos altos índices de desemprego, escassa implantação industrial e poucas infraestruturas de lazer, os empreendimentos hoteleiros, como fonte de emprego, espaços de diversão e atratores de demanda turística, desempenham um papel fulcral na dinamização económica e social do município. Ainda assim, ampliando o horizonte e observando o desenvolvimento social da comunidade local, depara-se com práticas hoteleiras pouco profícuas e até contraproducentes.

De cariz multinacional, maioritariamente de capital sul-africano, as empresas hoteleiras do município caracterizam-se por apresentar empreendimentos de pequena dimensão, parca pujança económica do seu capital e escasso *know-how*, levando à existência de um efeito multiplicador da economia local minguado e a uma fraca capacidade para projetar Inhambane na vitrine turística internacional. Firmadas numa orientação neoliberal, como advogam Santos (2008), González Velarde (2020), Lashley (2020) e Giampiccoli e Mtapuri (2021) a maioria das empresas hoteleiras descumrem, de sobremaneira, o cumprimento das suas obrigações no âmbito da responsabilidade social corporativa.

Por outro lado, como preconizado por Treuren e Lane (2003) e Elliott (2020), é evidente que o modelo de planeamento da atividade turística, seguido pelas instituições governamentais do município de Inhambane, assenta no Planeamento Bipartido. Não lançando as sementes para a existência de um modelo de desenvolvimento turístico assente num Planeamento Baseado em Partes Interessadas, torna-se flagrante a ausência de canais tendentes à auscultação e participação comunitária na tomada de decisões sobre o desenvolvimento turístico e hoteleiro local.

Indo ao encontro dos objetivos estipulados para esta pesquisa, constata-se que a frágil relação estabelecida entre o setor público e privado, concorre para que sejam escassas as parcerias público-privadas tendentes a elevar o nível da qualificação e escolaridade da sociedade civil, melhorar as infraestruturas de bem-estar social, combater a pobreza e desigualdades, empoderar os grupos minoritários, incentivar o efeito multiplicador na economia local, preservar os recursos ambientais e patrimoniais, valorizar a cultura endógena, auscultar e estimular a participação comunitária e combater a anomia social, como defendem Jenkins e Henry (1982), Treuren e Lane (2003) e Midgley (2014).

Assim, como referido por Treuren e Lane (2003), Church (2004) e Soulard et al. (2018), urge normalizar as relações e a confiança institucional entre o setor público e privado. O atual clima de confrontação vivenciado tem que ser cessado. É imperioso instituir um diálogo institucional respeitoso e frutuoso, estabelecer plataformas de cooperação assentes na forte convicção que somente através de um real

desenvolvimento social se alcançarão novos patamares económicos, turísticos e civilizacionais em Inhambane.

Referências

- Alcobia, O. (2021). Turismo e desenvolvimento social: Proposta de modelo de gestão de impactes dos empreendimentos hoteleiros (Inhambane, Moçambique). Tese de Doutoramento, CCSA - UFRN. Natal.
- Aledo, A. & Domínguez-Gómez, J. (2018). *Evaluación de impacto social: Teoría, método y casos prácticos*. Alicante: Publicacions de la Universitat d'Alacant.
- Alves, L. (1997). A cúpula mundial sobre o desenvolvimento social e os paradoxos de Copenhague. *Revista Brasil Política Internacional*, 40(1), 142-166.
- Andreu, R., Claver, E., & Quer, D. (2017). Foreign market entry mode choice of hotel companies: Determining factors. *International Journal of Hospitality Management*, 62, 111–119.
- Bauer, T. (2017). Human rights obligations of international hotel chains. In *Sustainability in Hospitality* (pp. 8-24). Routledge.
- Brokaj, R. (2014). Local government's role in the sustainable tourism development of a destination. *European Scientific Journal*, 10(31), 103-117.
- Cain, C. L. (2012). *Assessing the economic impact of hotel investments*. San Diego: Global Hospitality Resources.
- Church, A. (2004). Local and regional tourism policy and power. In A. Lew, M. Hall & A. Williams (editors). *A companion to tourism*. Oxford: Blackwell Publishing.
- De Grosbois, D. (2012). Corporate social responsibility reporting by the global hotel industry: Commitment, initiatives and performance. *International Journal of Hospitality Management*, 31(3), 896-905.
- Elliott, J. (2020). *Tourism: Politics and public sector management*. Routledge.
- Fazito, M. (2012). Turismo crítico. Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Em Turismo, 9.
- Giampiccoli, A., & Mtapuri, O. (2021). From conventional to alternative tourism: Rebalancing tourism towards a community-based tourism approach in Hanoi, Vietnam. *Social Sciences*, 10(5), 176.
- González Velarde, F. (2020). Coastal tourism in a context of neoliberal development: social change in Mancora, Peru. *Bulletin of Latin American Research*, 39(2), 127-141.
- Goodwin, H. (2022). *Responsible tourism*. Edward Elgar Publishing.
- Gustavo, N. (2018). Trends in hospitality marketing and management: Facing the 21st century challenges. In L. Cagica & P. Isaías (Eds.), *Handbook of research on entrepreneurship and marketing for global reach in the digital economy*. Hershey, PA: IGI Global.
- Han, H. (2021). Consumer behavior and environmental sustainability in tourism and hospitality: A review of theories, concepts, and latest research. *Journal of Sustainable Tourism*, 29(7), 1021-1042.

- Hrubcova, G.; Loster, T. & Obergruber, P. (2016). The economic effects of tourism in the group of the least developed countries. *Procedia Economics Finance*, 39, 479-481.
- Instituto Nacional de Estatística. (2017). *IV Recenseamento Geral da População e Habitação: agregados familiares por posse de bens duráveis segundo área de residência, distrito e sexo do chefe do agregado familiar na Província de Inhambane*. Maputo.
- Instituto Nacional de Estatística. (2019a). *Estatísticas do Turismo 2016-2018*. Maputo.
- Instituto Nacional de Estatística. (2019b). *Indicadores em Flash Distrito de Inhambane 2018*. Maputo.
- Instituto Nacional de Estatística. (2019c). *Anuário Estatístico da Província de Inhambane 2018*. Maputo.
- Ivanov, S. & Ivanova, M. (2016). Do hotel chains improve destination's competitiveness? *Tourism Management Perspectives*, 19, 74–79.
- Jenkins, C. L. & Henry, B. M. (1982). Government Involvement in Tourism in Developing Countries. *Annals of Tourism Research*, 9(1), 499-521.
- Khatter, A., White, L., Pyke, J., & McGrath, M. (2021). Barriers and drivers of environmental sustainability: Australian hotels. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*.
- Kronenberg, K., & Fuchs, M. (2021). Aligning tourism's socio-economic impact with the United Nations' sustainable development goals. *Tourism Management Perspectives*, 39, 100831.
- Kubickova, M., & Smith, S. J. (2019). Role of destination competitiveness and national corruption in hotel performance: A study of developing economies of Central America. *International Journal of Hospitality & Tourism Administration*, 20(3), 354-37.
- Lashley, C. (Ed.). (2020). *Slavery and Liberation in Hotels, Restaurants and Bars*. Routledge.
- Midgley, J. (1999). *Social development: the developmental perspective in social welfare*. Sage.
- Midgley, J. (2014). *Social development: theory and practice*. Sage.
- Ministério da Cultura e Turismo. (2018). *Indicadores de Referência na Área do Turismo*. Maputo.
- Mousavi, S., Hoşkara, E., & Woosnam, K. (2017). Developing a model for sustainable hotels in Northern Cyprus. *Sustainability*, 9(11), 2101.
- Niewiadomski, P. (2015). International hotel groups and regional development in Central and Eastern Europe. *Tourism Geographies*, 17(2), 173-191.
- Organização Internacional do Trabalho. (2010). *Developments and challenges in the hospitality and tourism sector*. Global Dialogue Forum for Hotels, Catering, Tourism Sector. Geneva.
- Organização Mundial do Turismo. (2013). *Sustainable Tourism for Development*. Madrid.
- Pawar, M. (2014). *Social and community development practice*. India: SAGE.

- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (2002). *Tourism Industry as a partner for sustainable development*. United Kingdom.
- Rivera, M. (2017). The synergies between human development, economic growth, and tourism within a developing country: An empirical model for Ecuador. *Journal of Destination Marketing & Management*, 6, 221-232.
- Santos, Milton. (2008). *Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Edusp.
- Sharpley, R., & Telfer, D. (2008). *Tourism and development in the developing world*. Routledge.
- Soulard, J., Knollenberg, W., Boley, B., Perdue, R. & McGehee, N. (2018). Social capital and destination strategic planning. *Tourism Management*, 69, 189-200.
- Treuren, G. & Lane, D. (2003). The tourism planning process in the context of organised interests, industry structure, state capacity, accumulation and sustainability. *Current Issues in Tourism*, 6(1), 1-22.
- Vasquez, D. (2014). Employee retention for economic stabilization: A qualitative phenomenological study in the hospitality sector. *International Journal of Management, Economics and Social Science*, 3(1), 1-17.
- WageIndicator Foundation (2020). *Salário mínimo em Moçambique, a partir de 01-04-2020 a 31-03-2021*. Recuperado em 13 de Novembro, 2020, de <http://www.meusalario.org/mocambique/main/salario/salario-minimo>
- World Travel & Tourism Council (2019). *Travel & tourism economic impact 2019*. London
- Yu, Y.; Byun, W-H. & Lee, T. J. (2014). Critical issues of globalization in the international hotel industry. *Current Issues in Tourism*, 17(2), 114-118.